

Liberdade, cidadania e ruptura da sociedade.

Bruno Engert Rizzo

Nas últimas décadas, o Brasil sofreu um processo rápido de abertura política e democratização.

Nesse processo, o pêndulo das liberdades individuais foi de um extremo ao oposto e a sociedade adotou uma postura permissiva, a qual gerou um entendimento equivocado dos conceitos de liberdade e de cidadania.

Palavras como proibido, dever, ordem, disciplina e tantas outras, foram proscritas como se fossem prerrogativas de um sistema autoritário.

O cidadão passou a conhecer seus direitos, porém esqueceu que existem deveres e que numa sociedade o direito de um cessa quando invade o alheio.

Durante mais de duas décadas, em nome da liberdade e da democracia, tudo passou a ser permitido ou tolerado. A permissividade chegou inclusive às escolas se arraigando profundamente na sociedade que passou a entender por liberdade o direito de agir de forma inseqüente ou mesmo delituosa.

Educar e impor limites passou a ser considerado tolhimento da liberdade ou mesmo autoritarismo.

O resultado é que vivemos nos dias atuais uma total inversão de valores.

Representantes do Poder Público estimulam e declaram apoio a movimentos ilegais que se julgam acima da lei. Assim, o MST por exemplo, é declarado um movimento sério, enquanto promove invasões, saques e depredação de patrimônio público e privado, além de ostensivamente fomentar o confronto e incentivar outras modalidades de crimes.

Invadir propriedade alheia, saquear, depredar e matar, são crimes claramente previstos na legislação penal, não havendo qualquer ressalva para quem quer que os pratique.

Nos presídios, bandidos de alta periculosidade comandam o crime impunemente, tendo inclusive licença para matar. Nas instituições de correção de menores, rebeliões são cada vez mais freqüentes, com estupros, assassinatos e depredações. Nas escolas professores e funcionários são desrespeitados e até agredidos.

Além disso, criou-se um pensamento equivocado de que miséria e pobreza são salvo-conduto para desrespeitar todo ordenamento jurídico que parece só valer para a classe média.

Com isso os centros urbanos vêm se deteriorando e a sociedade perdeu o controle das concessões feitas além dos limites.

Estamos todos, cidadãos de bem e pagadores de impostos, arcando com o custo absurdo de toda essa inversão de valores.

Para completar, Organizações de Direitos Humanos também subvertem valores, defendendo criminosos de alta periculosidade da ação dos agentes da lei, em vez de defender a sociedade da barbárie do crime. Policiais são assassinados no cumprimento do dever, guardas penitenciários são vítimas cada vez mais freqüentes em rebeliões, trabalhadores honestos vivem acuados nas comunidades dominadas pelo tráfico e crianças são exploradas por pais inescrupulosos que as obrigam a mendigar ou se prostituir. Essas sim deveriam ser as preocupações de defensores de direitos humanos.

A atual política de defesa de direitos humanos chega a ser incompreensível, pois torna ações e operações policiais progressivamente mais inviáveis, deixando agentes da lei acuados e permanentemente ameaçados de ações legais que pretendem transforma-los em criminosos.

A lista de absurdos é interminável.

A sociedade precisa acordar para o fato que todo cidadão tem direitos e deveres e que a lei deve ser aplicada a todos com o mesmo rigor. Liberdade não pode ser confundida com licença para desobediência da lei, independente de raça, cor, credo ou status social.

Quanto mais concessões forem feitas, tanto mais difícil, doloroso e oneroso será restabelecer a ordem.

Pequenos crimes assim como crimes mais graves e tudo enfim que esta previsto na legislação penal, deve ser respeitado ou em breve estaremos vivendo numa sociedade completamente deturpada e destituída de valores.

Estamos diante da escolha de restabelecer a ordem ou arcar com a definitiva ruptura da sociedade.

Abril de 2003

Comentários, críticas ou reportar erros: ofca@ofca.com.br

O Futuro Começa Agora: <http://www.ofca.com.br>